

RELATÓRIO FINANCEIRO **MUNICIPAL**



[MAIO] [2019]

NOTA PRÉVIA

O presente relatório tem por objetivo informar os eleitos locais do Município de Sintra da execução orçamental a maio de 2019, através de uma análise sintetizada às receitas e às despesas, nas vertentes corrente e capital, bem como informar os níveis de endividamento do Município, no âmbito do regime financeiro das autarquias locais.

Inclui, ainda, informação relativa às entidades participadas nomeadamente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS) e restantes entidades do setor empresarial local, pretendendo-se dar conhecimento da situação económico-financeira através da apresentação de um conjunto de indicadores.

1. SALDO ORÇAMENTAL

Unid: €		
Receita cobrada vs despesa paga		
(1)	Receitas correntes	53.047.677
(2)	Despesas correntes	43.693.964
(3)=(1)-(2)	Saldo corrente	9.353.713
(4)	Receitas de capital	4.350.873
(5)	Despesas de capital	11.986.745
(6)=(4)-(5)	Saldo de capital	-7.635.872
(7)	Reposições não abatidas	47.692
(8)	Saldo de gerência anterior incorporado	30.000.000
(9)=(1)+(4)+(7)+(8)	Receitas totais	87.446.242
(10)=(2)+(5)	Despesas totais	55.680.709
(11)=(9)-(10)	Saldo orçamental do período	31.765.533
(12)	Saldo de gerência anterior por incorporar	110.289.478
(13)=(11)+(12)	Saldo acumulado	142.055.011

O saldo orçamental do exercício no final do período em análise ascendeu a 31,8 milhões de euros (incluiu 30 milhões de euros do saldo de gerência anterior), sendo o saldo total acumulado de 142,1 milhões de euros.

A execução orçamental gerou uma poupança corrente de 9,4 milhões de euros, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental determinado no ponto 3.1.1. do POCAL, que estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Cumpriu-se igualmente o princípio do equilíbrio orçamental definido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que determina no nº 2 do artigo 40.º que a receita corrente bruta cobrada (53 milhões de euros) deve ser pelo menos igual à despesa corrente paga (43,7 milhões de euros), acrescido do valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo (741,2 mil euros).

O saldo corrente permitiu cobrir na totalidade o saldo de capital negativo apurado em 7,6 milhões de euros.

2. RECEITA

Unid: €					
Receita cobrada	mai-18	mai-19	Var. Abs.	Var. %	Taxa execução
Receita corrente	68.061.494	53.047.677	-15.013.817	-22,1%	32,0%
Impostos diretos	39.531.094	21.481.139	-18.049.955	-45,7%	22,9%
Impostos indiretos	3.807.872	4.113.237	305.365	8,0%	73,3%
Taxas multas e outras penalidades	1.210.974	1.323.069	112.095	9,3%	43,9%
Rendimentos da propriedade	1.929.279	2.780.997	851.718	44,1%	47,1%
Transferências correntes	18.926.489	20.599.615	1.673.126	8,8%	40,4%
Venda de bens e serviços correntes	2.587.080	2.700.136	113.056	4,4%	41,7%
Outras receitas correntes	68.706	49.485	-19.221	-28,0%	37,3%
Receita capital	1.081.906	4.350.873	3.269.398	302,1%	26,8%
Venda de bens de investimento	196.842	194.042	-2.801	-1,4%	5,9%
Transferências de capital	884.632	3.959.695	3.075.063	347,6%	30,6%
Outras receitas de capital	432	197.136	197.136	100,0%	697,8%
Outras receitas	32.845.485	30.047.692	-2.797.793	-8,5%	100,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	45.485	47.692	2.207	4,9%	95,4%
Saldo de gerência	32.800.000	30.000.000	-2.800.000	0,0%	100,0%
Total	101.988.885	87.446.242	-14.542.212	-14,3%	41,2%

↓ Impostos diretos – corresponderam às receitas arrecadadas ao nível do IMT (12,3 milhões de euros), IUC (5,6 milhões de euros), IMI (3 milhões de euros), e derrama (537,1 mil euros). Relativamente ao período homólogo, verificou-se uma diminuição de 18 milhões de euros, devido à alteração dos prazos de pagamento do IMI - a 1ª tranche de IMI ocorreu até 31.05.2019, pelo que esta receita só reverterá a favor do Município em junho, ao contrário de 2018 em que a mesma reverteu em maio.

↑ Impostos indiretos – incluíram, sobretudo, as receitas com a ocupação do espaço público, ao nível do subsolo (2,3 milhões de euros) e do solo (750,6 mil euros), o licenciamento de processos urbanísticos de loteamento e obras requeridos por empresas (591,8 mil euros) e o licenciamento de publicidade (241,3 mil euros).

↑ Taxas, multas e outras penalidades – os valores mais significativos corresponderam às receitas relacionadas com o licenciamento de loteamentos e obras requerido por particulares (368,3 mil euros), aos juros de mora (208,6 mil euros) relacionados com impostos municipais, à inspeção de elevadores (198,9 mil euros), à ocupação de mercados e feiras (152,3 mil euros), à taxa de serviços prestados (139,6 mil euros) e às multas e coimas código de estrada (57,1 mil euros).

↑ Rendimentos da propriedade – inclui, sobretudo, a receita da primeira tranche trimestral do contrato de concessão de energia de baixa tensão com a EDP (1,3 milhões de euros), a renda de terreno onde se encontra uma estação de abastecimento da BP (1 milhão de euros) e os juros bancários (176,6 mil euros).

↑ Transferências correntes – abrangeram, principalmente, as transferências financeiras da Administração Central previstas na Lei do Orçamento de Estado (LOE), designadamente: 6,3 milhões de euros de IRS (+71,7 mil euros), 5,3 milhões de euros de FEF (+693,1 mil euros) e 2,3 milhões de euros de FSM. Incluiu, ainda, o financiamento de 6,3 milhões de euros, no âmbito das atribuições do Município em matéria de educação: 5,5 milhões de euros para o pessoal não docente, 446,2 mil euros para refeições escolares e 402,4 mil euros para a componente de apoio à família. O acréscimo registado justifica-se, essencialmente, pela transferência do FEF (693,1 mil euros), o aumento nas transferências da educação (715,2 mil euros) resulta da cobrança de quatro meses, ao contrário de 2018 em que a cobrança foi de dois meses.

↑ Venda de bens e serviços correntes – a receita proveio, principalmente, das atividades de gestão dos refeitórios escolares (1,1 milhões de euros) e da exploração dos complexos desportivos (286,1 mil euros). Abrangeu, ainda, o valor proveniente de rendas (782,8 mil euros), relativo a edifícios (481,9 mil euros) e habitação (299,2 mil euros) e de publicações e impressos (188 mil euros).

<p>↓ Venda de bens de investimento – a receita foi proveniente, da alienação de parcela de terreno a famílias e empresas (91,4 e 85,9 mil euros, respetivamente).</p>	<p>↑ Transferências de capital – corresponderam essencialmente às transferências financeiras no âmbito do FEF de capital (593,6 milhões de euros), do n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 73 de 2013 (420,7 mil euros), nos termos da LOE, ao protocolo de colaboração entre o Município e a Parques Sintra Monte da Lua no âmbito da execução de obras de requalificação urbana e outras iniciativas com relevância ambiental e cultural (500 mil euros), bem como ao financiamento nacional e comunitário ao nível de candidaturas efetuadas, destacando-se: a comparticipação com a requalificação da Ribeira da Lage (468,1 mil euros), a Unidade de Saúde de Sintra (415,6 mil euros), Unidade de Saúde Almargem do Bispo (284,5 mil euros), a requalificação do Eixo Verde Azul (234,2 mil euros) e a Unidade de Saúde de Agualva (209,5 mil euros).</p>
--	--

3. DESPESA

Despesa paga	Unid: €				Taxa execução
	mai-18	mai-19	Var. abs.	Var. %	
Despesa Corrente	40.761.768	43.693.964	2.932.196	7,2%	30,8%
Pessoal	19.333.025	19.935.401	602.376	3,1%	35,3%
Aquisição de bens e serviços	14.878.558	15.344.768	466.211	3,1%	25,3%
Juros e outros encargos	4.176	1.669	-2.508	-60,0%	3,0%
Transferências correntes	6.005.877	7.695.962	1.690.085	28,1%	34,4%
Outras despesas correntes	540.132	716.164	176.033	32,6%	31,4%
Despesa de Capital	6.335.567	11.986.745	5.651.177	89,2%	17,0%
Aquisição de bens de capital	4.305.969	10.264.036	5.958.067	138,4%	16,5%
Transferências de capital	1.288.532	875.134	-413.398	-32,1%	18,5%
Ativos financeiros	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	741.067	741.226	159	0,0%	27,9%
Outras despesas de capital	-	106.349	106.349	-	47,3%
Despesa Total	47.097.335	55.680.709	8.583.374	18,2%	26,2%

<p>↑ Aquisição de bens e serviços – corresponderam essencialmente: (i) às despesas de funcionamento dos serviços (4,5 milhões de euros) que incluem o encargo das instalações com eletricidade e água (577 mil euros), limpeza (387,5 mil euros) e vigilância (362,3 mil euros), a informática e comunicações (1,1 milhões de euros), os encargos de cobrança de receitas (528,8 mil euros), a gestão de frota (339,4 mil euros) e a segurança e higiene no trabalho (274,2 mil euros); (ii) ao tratamento de resíduos sólidos urbanos (4,3 milhões de euros); (iii) às refeições e transportes escolares (2,4 milhões de euros); (iv) à iluminação pública (797,1 mil euros); (v) à limpeza pública (640,7 mil euros); (vi) à manutenção de parques e jardins (435,9 mil euros) e (vii) à conservação de eixos rodoviários e sinalização (433 mil euros). O acréscimo está relacionado essencialmente com a atualização do tarifário para o tratamen-</p>	<p>to de RSU's.</p> <p>↑ Transferências correntes – foram constituídas essencialmente: (i) pelo apoio concedido às juntas de freguesia (3,2 milhões de euros); (ii) pelo Passe Único (1,2 milhões de euros); (iii) pelas transferências no âmbito da ação social (797 mil euros), destacando-se o apoio às famílias (251,2 mil euros), ao CCDS (120 mil euros), à infância (136,2 mil euros), a programas de apoio a imigrantes e minorias étnicas (159,5 mil euros) e a pessoas com deficiência (89,5 mil euros); (iv) pelo financiamento das atividades relacionadas com a educação (723,4 mil euros), sobretudo, o apoio à qualidade nas escolas (290,6 mil euros), a componente de apoio à família no pré-escolar (223 mil euros) e o protocolo OCDE (146,5 mil euros); (v) pelo apoio financeiro às associações de bombeiros (588,1 mil euros) e (vi) pelo apoio às atividades culturais, nomeadamente ao Festival de Cinema de Sintra (175 mil euros) e à atividade da OFICILAB-</p>
---	---

<p>TEC - Oficina Laboratorial, Tecnológica e Científica (140 mil euros). A variação ocorrida resulta sobretudo da adoção em 2019 do Passe Único.</p> <p>↑ Investimento direto (aquisição de bens de capital) - ascendeu a 10,3 milhões de euros e incidiu maioritariamente sobre: (i) a requalificação urbana (2,8 milhões de euros), nomeadamente a intervenção na Ribeira da Lage (1 milhão de euros) e nas Ruínas da Quinta de Pego Longo (344,5 mil euros) e a aquisição de várias frações e terrenos (829,2 mil euros), bem como os espaços verdes (836,2 mil euros), destacando-se a ligação pedonal/ciclável Belas-Queluz (694 mil euros); (ii) a educação (2,8 milhões de euros), designadamente, as intervenções no parque escolar (2,2 milhões de euros) e equipamento básico (573,5 mil euros); (iii) a rede viária (1,8 milhões de euros), sobretudo, a conservação de eixos rodoviários (1,6 milhões de euros); (iv) a aquisição de viaturas, máquinas e outros equipamentos (511,4 mil euros) e (v) a saúde (510 mil euros), destacando-se os centros de saúde de Agualva (313,6 mil euros) e de Sintra (140,5 mil euros). O acréscimo está relacionado, essencialmente, com o aumento da intervenção no parque escolar (+1,9 milhões de euros) e atividade escolar (+331,2 mil euros), na rede viária (+781,1 mil euros), no ambiente e espaços verdes (+762,9 mil euros), na intervenção em diversos espaços públicos (+648,2 mil euros) e na aquisição de edifícios e terrenos (+647,8 mil euros).</p>	<p>↓ O investimento indireto (transferências de capital) - ascendeu a 875,1 mil de euros, salientando-se as transferências de capital para: (i) as associações de bombeiros, no âmbito do apoio logístico através de transferências de capital (460 mil euros); (ii) as juntas de freguesia para requalificação e manutenção de vias (236,2 mil euros); (iii) as associações desportivas, para beneficiação de instalações desportivas (85 mil euros) e (iv) os SMAS, no âmbito do protocolo de gestão das águas pluviais (40,1 mil euros). O decréscimo apresentado verifica-se, essencialmente, ao nível do protocolo de gestão das águas pluviais (-365,7 mil euros).</p> <p>↑ Outras despesas de capital – O montante é referente, essencialmente ao apuramento final da indemnização paga pela expropriação da parcela 34.3, efetuada pela Cacém Polis (91,6 mil euros).</p>
--	---

			Unid: €	
Despesa paga - funcionamento e operações de dívida				
	mai-18	mai-19	Var. abs.	Var. %
Funcionamento	24.716.584	24.746.200	29.616	0,1%
Pessoal	19.333.025	19.935.401	602.376	3,1%
Administração geral	1.397.945	984.501	-413.444	-29,6%
Encargos de cobrança de receitas	986.584	528.839	-457.745	-46,4%
Trabalhos especializados	73.535	121.269	47.734	64,9%
Comunicações	70.495	67.411	-3.084	-4,4%
Diversos impostos e taxas	214.943	185.216	-29.727	-13,8%
Outras despesas correntes	52.388	81.766	29.378	56,1%
Gestão de edifícios	2.399.829	1.617.711	-782.118	-32,6%
Encargos das instalações (água e eletricidade)	1.234.064	577.016 (*)	-657.048	-53,2%
Locação de terrenos/edifícios	83.745	45.401	-38.344	-45,8%
Vigilância e segurança	315.352	362.260	46.908	14,9%
Gás	278.391	245.555	-32.836	-11,8%
Limpeza e higiene	488.277	387.479	-100.798	-20,6%
Outras despesas correntes	-	-	-	-
Informática e comunicações	797.914	1.122.983	325.069	40,7%
Trabalhos especializados	365.099	389.100	24.002	6,6%
Locação de material informático	349.967	547.964	197.997	56,6%
Comunicações	73.968	54.807	-19.161	-25,9%
Outras despesas	8.880	131.112	122.231	1376,5%
Gestão de frota	258.288	339.372	81.084	31,4%
Gasolina e gasóleo	151.452	248.257	96.804	63,9%
Material de transporte - peças	50.174	31.276	-18.899	-37,7%
Conservação e reparação	40.326	35.797	-4.529	-11,2%
Outras despesas	16.335	24.042	7.707	47,2%
Segurança, higiene e fardamento	265.444	324.935	59.491	22,4%
Vestuário e artigos pessoais	80.902	101.613	20.711	25,6%
Conservação e reparação	48.969	20.711	-28.258	-57,7%
Serviços de saúde	52.765	81.477	28.712	54,4%
Outras despesas	82.807	121.134	38.326	46,3%
Aprovisionamento e logística	220.929	249.675	28.745	13,0%
Seguros	109.474	149.072	39.599	36,2%
Material de escritório	62.327	40.512	-21.815	-35,0%
Publicidade	23.123	34.607	11.484	49,7%
Outras despesas	26.006	25.483	-523	-2,0%
Jurídico e contencioso	31.266	161.322	130.056	416,0%
Formação profissional	11.943	10.301	-1.642	-13,7%
Operações Dívida	826.050	816.000	-10.050	-1,2%
Amortização empréstimos	741.067	741.226	159	0,0%
Juros	1.238	912	-326	-26,3%
Outros encargos	83.745	73.862	-9.883	-11,8%
Total	25.542.634	25.562.200	19.566	0,08%

(*) Novo operador Iberdrola - por processar faturação de janeiro a maio com volume estimado idêntico ao do ano anterior (aguarda-se envio de ficheiro contratualizado por parte do fornecedor).

Unid: €									
Despesa paga - por funções	mai-18			mai-19			Variação		
	Orçado	Pago	Tx Execução	Orçado	Pago	Tx Execução	Absoluto	%	
Funções Gerais	80.147.359	26.516.039	33,1%	84.534.124	27.164.013	32,1%	647.974	2,4%	
Serviços Gerais da Administração Pública	80.147.359	26.516.039	33,1%	84.534.124	27.164.013	32,1%	647.974	2,4%	
<i>Funcionamento Serviços</i>	71.127.183	24.716.584	34,7%	75.257.869	24.746.200	32,9%	29.616	0,1%	
<i>Apetreçamento Serviços</i>	5.300.205	515.758	9,7%	5.210.460	1.035.135	19,9%	519.376	100,7%	
<i>Atividades Âmbito Geral</i>	1.066.387	212.102	19,9%	1.119.195	313.278	28,0%	101.176	47,7%	
Segurança e Ordem Pública	2.653.584	1.071.595	40,4%	2.946.600	1.069.400	36,3%	-2.195	-0,2%	
<i>Protecção Civil</i>	2.180.000	1.058.265	48,5%	2.435.400	1.066.146	43,8%	7.881	0,7%	
<i>Polícia Municipal</i>	473.584	13.330	2,8%	511.200	3.254	0,6%	-10.075	-75,6%	
Funções Sociais	74.127.256	12.509.128	16,9%	80.771.627	19.800.151	24,5%	7.291.023	58,3%	
Educação	22.884.457	3.939.937	17,2%	30.839.797	6.500.037	21,1%	2.560.100	65,0%	
<i>Intervenção Parque Escolar</i>	9.469.957	322.304	3,4%	16.633.987	2.351.033	14,1%	2.028.730	629,4%	
<i>Atividade Escolar</i>	13.414.500	3.617.634	27,0%	14.205.810	4.149.004	29,2%	531.370	14,7%	
Saúde	6.088.750	512.121	8,4%	3.956.050	574.765	14,5%	62.645	12,2%	
<i>Serviços Individuais de Saúde</i>	5.504.750	450.736	8,2%	3.291.050	484.995	14,7%	34.259	7,6%	
<i>Saúde Médico - Veterinária</i>	584.000	61.385	10,5%	665.000	89.771	13,5%	28.386	46,2%	
Ação Social	6.011.700	916.386	15,2%	6.140.677	954.841	15,5%	38.455	4,2%	
<i>Infância</i>	414.000	152.022	36,7%	410.537	136.245	33,2%	-15.777	-10,4%	
<i>Terceira Idade</i>	607.000	24.188	4,0%	464.053	25.037	5,4%	849	3,5%	
<i>Apoio aos refugiados</i>	95.000	12.000	12,6%	110.000	28.966	26,3%	16.966	141,4%	
<i>Instituições</i>	2.317.700	96.206	4,2%	2.790.900	81.520	2,9%	-14.686	-15,3%	
<i>Famílias</i>	1.401.700	374.056	26,7%	1.136.500	276.305	24,3%	-97.751	-26,1%	
<i>Empreendedorismo e Inovação Social</i>	212.400	6.172	2,9%	163.000	11.877	7,3%	5.705	92,4%	
<i>Apoio aos imigrantes</i>	215.000	48.700	22,7%	324.000	159.453	49,2%	110.753	227,4%	
<i>Apoio a pessoas com deficiência</i>	351.900	73.696	20,9%	351.100	89.475	25,5%	15.779	21,4%	
<i>Voluntariado</i>	30.000	6.533	21,8%	37.988	7.087	18,7%	554	8,5%	
<i>Projetos diversos</i>	367.000	122.814	33,5%	352.600	138.877	39,4%	16.062	13,1%	
Habituação e Serviços Coletivos	31.225.744	5.784.305	18,5%	32.280.525	10.358.283	32,1%	4.573.978	79,1%	
<i>Habituação</i>	1.679.900	200.040	11,9%	2.171.900	385.090	17,7%	185.050	92,5%	
<i>Planeamento Urbanístico</i>	228.000	-	0,0%	179.100	20.396	11,4%	20.396	-	
<i>Requalificação Urbana</i>	9.102.434	1.153.792	12,7%	8.138.329	2.893.921	35,6%	1.740.128	150,8%	
<i>Saneamento</i>	3.727.546	1.569.883	42,1%	4.925.123	731.559	14,9%	-838.324	-53,4%	
<i>Resíduos Sólidos</i>	9.798.250	2.504.068	25,6%	11.714.000	4.913.561	41,9%	2.409.493	96,2%	
<i>Ambiente e Espaços Verdes</i>	6.689.614	356.521	5,3%	5.152.073	1.413.756	27,4%	1.057.235	296,5%	
Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos	7.916.605	1.356.379	17,1%	7.554.577	1.412.225	18,7%	55.846	4,1%	
<i>Património Cultural</i>	380.700	28.746	7,6%	547.700	40.403	7,4%	11.656	40,5%	
<i>Gestão Equipamentos Culturais</i>	1.184.566	423.619	35,8%	1.293.100	434.442	33,6%	10.823	2,6%	
<i>Promoção Eventos</i>	762.484	141.925	18,6%	1.491.620	400.696	26,9%	258.770	182,3%	
<i>Desportos e Tempos Livres</i>	3.676.500	668.509	18,2%	2.596.993	470.622	18,1%	-197.887	-29,6%	
<i>Juventude</i>	1.784.355	93.221	5,2%	1.555.164	66.063	4,2%	-27.158	-29,1%	
<i>Cemitérios</i>	128.000	358	0,3%	70.000	-	0,0%	-358	-	
Funções Económicas	25.322.669	4.153.810	16,4%	32.903.006	4.462.185	13,6%	308.374	7,4%	
Indústria e Energia	9.406.169	2.612.028	27,8%	7.345.600	797.091	10,9%	-1.814.937	-69,5%	
Transportes e Comunicações	14.219.200	1.175.166	8,3%	24.933.296	3.525.676	14,1%	2.350.510	200,0%	
<i>Rede Viária</i>	14.219.200	1.175.166	8,3%	24.933.296	3.525.676	14,1%	2.350.510	200,0%	
Comércio e Turismo	1.580.300	340.916	21,6%	474.110	76.418	16,1%	-264.499	-77,6%	
<i>Mercados e Feiras</i>	1.017.300	220.581	21,7%	263.660	39.473	15,0%	-181.107	-82,1%	
<i>Turismo</i>	563.000	120.336	21,4%	210.450	36.944	17,6%	-83.392	-69,3%	
Outras Atividades Económicas	117.000	25.700	22,0%	150.000	63.000	42,0%	37.300	145,1%	
Outras Funções	14.402.717	3.918.357	27,2%	14.091.180	4.254.360	30,2%	336.003	8,6%	
<i>Operações Dívida</i>	3.501.000	826.050	23,6%	3.085.200	816.000	26,4%	-10.050	-1,2%	
<i>Transferências entre Administrações</i>	10.901.717	3.092.307	28,4%	11.005.980	3.438.360	31,2%	346.052	11,2%	
Total	194.000.000	47.097.335	24,3%	212.299.937	55.680.709	26,2%	8.583.374	18,2%	

4. ENTIDADES PARTICIPADAS

Unid: €					
	SMAS	EMES	FUNDAÇÃO CULTURSINTRA	ASSOCIAÇÃO OFICILABTEC	PARQUES SINTRA MONTE DA LUA
Estrutura ativo					
Ativo líquido	108.921.089	1.480.084	10.809.205	212.316	53.753.146
Ativo não corrente	81.595.666	514.092	599.781	58.243	33.074.347
Ativo corrente	27.325.423	965.992	10.209.424	154.073	20.678.798
Estrutura capital					
Capital realizado/fundos/património	23.536.626	250.000	947.728	-	2.500.000
Capital próprio/fundo de capital/fundos próprios	98.873.325	1.332.792	10.694.376	182.952	46.107.455
Resultado líquido	1.716.251	12.243	1.091.977	122.863	3.274.773
Estrutura passivo					
Passivo	10.047.764	147.292	114.829	29.364	7.645.691
Provisões	1.976.859	-	46.655	-	-
Dívidas a terceiros	8.070.905	147.293	68.174	29.364	7.645.691
<i>Passivo bancário</i>	-	-	-	-	-
<i>Fornecedores</i>	2.293.714	21.634	-	1.535	1.162.859
<i>Outros</i>	5.777.191	125.659	68.174	27.829	6.482.831
Estrutura demonstração de resultados					
Total de rendimentos	28.048.915	484.719	2.017.902	202.666	9.346.296
Volume de negócios	26.291.824	481.719	2.017.902	201.302	9.299.883
Total de gastos	26.332.664	472.476	925.925	79.803	6.071.523
Gastos exploração	26.332.664	468.923	925.925	79.726	6.063.267
Gastos com pessoal	7.975.044	279.974	82.967	60.573	1.627.254

5. DÍVIDA A TERCEIROS

Unid: €			Unid: €	
Dividas a terceiros CMS			Divida a terceiros	
	mai-18	mai-19		
(1) Endividamento*	13.640.721	9.639.495	CMS	14.512.291
Financiamento bancário	10.208.081	7.177.212	SMAS	8.070.905
Fornecedores	1.030.225	979.129	EMES	147.293
Outros credores**	2.402.415	1.483.154	FUNDAÇÃO CULTURSINTRA	68.174
(2) Oper. Não Orçamentais***	3.546.751	4.872.795	ASSOCIAÇÃO OFICILABTEC	29.364
			PARQUES SINTRA MONTE DA LUA	7.645.690
Total (1+2)	17.187.472	14.512.291	Total	30.473.716
* Inclui endividamento de curto e médio e longo prazo				
** O ano de 2019 inclui 559,1mil euros relativos ao FAM				
*** Inclui as rubricas estado e retenção a terceiros				

Unid.: €			
Dívida a fornecedores			
	< 90 dias	> 90 dias	Total
CMS	979.129	-	979.129
SMAS	2.293.714	-	2.293.714
EMES	21.634	-	21.634
FUNDAÇÃO CULTURSINTRA	-	-	-
ASSOCIAÇÃO OFICILABTEC	1.535	-	1.535
PARQUES SINTRA MONTE DA LUA	1.113.962	48.897	1.162.859
Total	4.409.973	48.897	4.458.870

A dívida a fornecedores no universo municipal ascendeu a 4,5 milhões de euros, encontrando-se 1,1% em mora há mais de 90 dias.

6. CONTROLO DA DÍVIDA TOTAL

	valor	coeficiente*
1. Limite dívida total n.º 1 art. 52º da Lei nº 73/2013)	340.762.218	1,5
2. Dívida total a 01/01/2019	11.943.853	-
3. Margem absoluta para 2019 (1)-(2) (alínea b) do n.º 3 art. 52º da Lei nº 73/2013)	328.818.364	1,45
3.1. Utilização máxima da margem para 2019 (alínea b) do n.º 3 art. 52 da Lei nº 73/2013)	65.763.673	-
4. Limite máximo da dívida para 2019 (2)+(3.1)	77.707.526	
5. Dívida total a 31/03/2019	10.544.696	0,05
5.1. Contribuição CMS	10.487.999	0,05
5.2. Contribuição SEL	56.697	0,00
EMES	43.373	
AMTRES	11.230	
AML	282	
ANMP	1.731	
AMPV	82	
Amega	0	
6. Redução da dívida em 2019 (2)-(5)	1.399.158	-

* coeficiente calculado de acordo com o art. 58º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
Nota: Dados do 1º trimestre reportados à DGAL, sendo que a informação remetida pelas várias entidades é provisória.

De acordo com o disposto no artigo 52.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece no n.º 1, enquanto limite da dívida, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Relativamente ao perímetro municipal, verificou-se no último reporte à DGAL, um nível de endividamento na ordem dos 10,5 milhões de euros, um coeficiente de 0,05, sendo o limite máximo permitido por lei de 1,5.

Durante o período em análise, a dívida total reduziu em cerca 1,4 milhões de euros.

NOTA FINAL

A execução orçamental no período em análise gerou um saldo de 31,8 milhões de euros, ao qual acresceu 110,3 milhões de euros de saldo de gerência anterior por incorporar, perfazendo um saldo acumulado de 142,1 milhões de euros. O saldo do período gerou uma poupança corrente de 9,4 milhões de euros, verificando-se, o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental imposto pelo POICAL. Esta margem permitiu efetuar a cobertura do saldo de capital negativo em 7,6 milhões de euros.

Ao nível da receita, o Município apresentou uma cobrança no montante de 87,4 milhões de euros, equivalente a uma taxa de execução de 41,2%. Em termos comparativos observou-se uma menor cobrança (-14,5 milhões de euros), decorrente da diminuição registada nos impostos diretos (-18 milhões de euros), devido ao diferimento da cobrança de IMI.

Relativamente à despesa, esta ascendeu a 55,7 milhões de euros, perfazendo uma taxa de execução de 26,2%, com a despesa corrente a atingir os 43,7 milhões de euros e a despesa de capital a situar-se nos 12 milhões de euros.

A dívida a terceiros do Município ascendeu a 14,5 milhões de euros, dos quais 7,2 milhões de euros referem-se a dívida bancária e 4,9 milhões de euros a operações não orçamentais (sobretudo retenções a terceiros), encontrando-se a cumprir o limite de endividamento legalmente imposto pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais.